

IDEAL E DEGRADAÇÃO, HETERONOMIA E FAMILIALISMO – DUAS INVESTIGAÇÕES SOBRE A «GESTÃO RACIONAL» DAS MARGENS SOCIAIS

*Susana Pereira Bastos
José Gabriel Pereira Bastos*

I. Do projecto de construção de uma abordagem estrutural-dinâmica dos fenómenos antropológicos, que tenha em conta o sofrimento social, à reflexão teórica dialogada – uma segunda comunicação

A investigação na área da antropologia urbana, que temos vindo a conduzir em conjunto, desde os finais dos anos 80, levou-nos à construção da hipótese de que, a coberto de algumas ideologias tradicionais – o pragmatismo, os ideais de gestão racional da vida social, o familialismo, o cosmopolitismo, etc. – as instituições responsáveis por essa mesma «gestão racional» da vida urbana são governadas por estratégias inconscientes que bloqueiam qualquer reflexão institucional e/ou pesquisa de estratégias alternativas mais apropriadas à prossecução da globalidade dos objectivos institucionais manifestados e/ou pressupostos.

Esta irreflexão sobre as **estratégias institucionais** é habitualmente legitimada pela sobreconsciência dos **ideais orientadores das políticas institucionais** – a luta «iluminada» contra a degradação dos homens e das coisas, a busca competitiva pela instauração do novo, do moderno

e do «actual», a protecção dos mais fracos e dos excluídos devido à acção cega desses próprios ideais, etc. – idealização essa que permite fazer a economia do estudo empírico dos efeitos da acção institucional e do sofrimento e patogenia por ela causados.

Relembrando Freud, em *O malestar na civilização*, «o sofrimento ameaça-nos a partir de três lados: do nosso próprio corpo (...), do lado do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas e, finalmente, a partir das nossas relações com os outros seres humanos. O sofrimento proveniente desta fonte é-nos, talvez, mais penoso do que qualquer outro. (...) Quanto às duas primeiras fontes, o nosso julgamento não pode hesitar muito. Ele força-nos a reconhecer essas fontes de sofrimento e a submeter-nos ao inevitável. (...) Esse reconhecimento não possui um efeito paralisador. Pelo contrário, aponta a direcção que orienta a nossa actividade. (...) Quanto à terceira fonte, a fonte social de sofrimento, a nossa atitude é diferente. Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber porque os regulamentos estabelecidos por nós próprios não representam, ao contrário, protecção e benefício para cada um de nós."

2. As duas pesquisas subjacentes a esta reflexão situam-se em contextos e épocas diferentes. No final dos anos 80, um de nós (SPB) realizou mais de dois anos de trabalho de campo intensivo junto de algumas dezenas de velhos e velhas cuja única alternativa de velhice foi o internamento em estabelecimentos asilares e custodiais, tendo teorizado a sua pesquisa em diálogo com o outro. No início deste ano, os papéis inverteram-se. O segundo de nós (JGPB) realizou entrevistas, focalizadas em profundidade, com 30 idosos translocados heteronómicamente do Bairro da Liberdade para o Bairro Padre Cruz, devido a decisões camarárias orientadas para a «gestão racional» dos solos do Vale de Alcântara em que aquele Bairro, hoje arrazado, se encontrava historicamente implantado; e o diálogo teórico entre ambos dá origem, agora, a esta reflexão que pretende aprofundar e complexificar o artigo que ambos publicámos em 1989, «Reflexões sobre a patogenia de uma instituição pragmático-familialista» (*Psicologia*, VII, 2: 205-215).

II. Velhos moribundos e seus cuidadores – um estudo de caso

*"O que agora me safava era uma gabardine de madeira.
Ela que venha e eu que me vá."*

À luz das histórias de vida realizadas a cerca de 20 velhos e 20 velhas internados no Centro de Apoio Social de Lisboa, uma instituição assistencial de vocação gerontológica, a insuficiência da reforma ou da pensão social, a inexistência de uma rede familiar, a solidificação de graves conflitos nas relações familiares (horizontais e intergeracionais), bem como o predomínio de uma multipatologia associada ao envelhecimento são apontados uniformemente como causas do seu internamento no asilo.

É, todavia, oportuno sublinhar uma outra variável a qual, expressando-se ao longo de todo um trajecto de vida (e não apenas no seu término), integra o conjunto das atitudes do sujeito perante os quadros relacionais da sua biografia e, a nosso ver, se encontra estreitamente relacionada com esta prática de velhice. Fundamentalmente, está em causa a observação de que ter ou não ter uma rede de solidariedades (tanto no interior como no exterior das relações familiares e/ou de parentesco, de tipo económico ou de outros níveis assistenciais), aquando da passagem de um envelhecer comunitariamente inserido para o seu reenquadramento institucional, não é apenas uma condição situacional momentânea, mas a resultante de todo um **trajecto de vida** que, *a posteriori*, pode ser compreendido como vocacionado, ou não, para um destino asilar.

Com efeito, os testemunhos recolhidos permitem-nos aflorar algumas similitudes nos trajectos de vida destes velhos asilados.

A) São oriundos de famílias de orientação, tanto rurais como urbanas, pertencentes às classes trabalhadoras e cuja vida material se caracterizava geralmente pela insuficiência económica; paralelamente, algumas das histórias de vida apontam para contextos familiares problemáticos.

B) Comum aos percursos de vida de muitos destes velhos e velhas asilados é, também, o afastamento dos laços primários de pertença que resulta, nuns casos, de um conjunto de factores repulsivos específicos a cada quadro familiar; noutros testemunhos, decorre sobretudo das carências económicas do agregado doméstico e pode

inserir-se num projecto familiar ou, por vezes, realizar-se sem o conhecimento e o apoio da rede de parentes.

Este afastamento tem, por outro lado, como contraponto, a existência de um pólo de destino que foi visualizado, neste contexto, como possuindo potenciais de resolução das condições críticas atrás referidas. Era o caso de todos os movimentos de migração, fossem eles, da aldeia para a cidade, da condição sedentária para a de embarcado ou para a de motorista comercial, ou de qualquer destas, para o estrangeiro.

C) Por fim, muitos destes velhos partilharam ainda um percurso tantas vezes acidentado (ou fracassado) de construção de laços neo-familiares.

4. Condicionada pelos trajectos de vida da velhice feminina e masculina, a solução do internamento pode apresentar várias linhas de desenvolvimento. Nos casos mais gravosos de desinserção da família de origem, e de impossibilidade, recusa ou insucesso na reconstituição de novos laços e na renovação das gerações, a entrada no asilo tende a ser mais precoce; noutros casos, a consolidação de laços matrimoniais (ou maritais) e a existência de filhos pode atardar ou até mesmo evitar o internamento, excepto quando, no contexto do acesso dos filhos à vida adulta e da sua conjugalização, a tentativa de coabitação do velho com o novo casal desemboca numa crise relacional tipicamente triangular. Também aqui, e à luz dos testemunhos de vida recolhidos, parece importante não escamotear que estas dificuldades relacionais surgem, tantas vezes, na continuidade de uma conflitualidade anterior, agudizada pela situação de coabitação.

5. Internados no asilo, os velhos e velhas com quem conversámos são alvo de dois **padrões de relação e comunicação**, típicos de múltiplas instituições terminais. Com efeito, e logo à partida, o que mais impressiona no interior de tais estabelecimentos é o facto de os cuidadores satisfazerem, com algumas excepções, apenas as necessidades biológicas e médicas da pessoa velha e, deste modo, a reduzirem a um ser puramente biológico. Ao tipo institucional decorrente de tal estratégia chamamos de **instituição pragmática**.

Todavia, a este reducionismo fisiológico acrescenta-se frequentemente uma estratégia que visa reorganizar o meio institucional pela reprodução do sistema social envolvente. Ao tipo institucional resul-

tante da estratégia que procura mimar várias relações estruturantes da sociedade exterior e, muito particularmente, a relação família-filho, no seu interior, designámos de **instituição familiarista**.

Ora, e de acordo com o que apurámos e legitimámos em artigos anteriores, o pragmatismo e o familiarismo constituem estratégias identitárias e/ou mecanismos de defesa (2), empregues colectivamente pelos cuidadores, face à natureza ansiogénica da sua identidade profissional, estreitamente relacionada com as características dos novos internados e, em particular, com o seu estatuto de liminaridade entre a morte e a vida.

O pragmatismo fisiológico – vesti-los, retirá-los da cama, lavá-los, alimentá-los, dar-lhes a medicação a horas, carregá-los de muitos signos de vida, bem como responder com frases do tipo «não penses nisso, isso passa, amanhã já estás melhor», ou com a fuga «justificada» pelo muito trabalho, quando os velhos anseiam falar da morte – defende os cuidadores de se envolverem com as angústias terminais dos seus utentes. Constituindo uma forma de rejeição (inconsciente) das necessidades da "alma" dos seres liminares, dos quais, a breve trecho, os cuidadores se viriam a separar, tal estratégia faz-se acompanhar por um sobre-investimento maternalizante que opera como uma **sobre-protecção compensatória** da rejeição atrás referida, bem como enquanto inibidor de potenciais embaraços, impulsos e ansiedades dos cuidadores, decorrentes de um contacto físico muito próximo com o corpo moribundo dos internados e da intimidade com as suas angústias identitárias, agudizadas pela situação de velhice liminar.

6. Por sua vez, os velhos e velhas terminais reagem a tais padrões de comunicação através de duas posturas distintas. Uns há que aderem e reforçam os **delírios familiaristas** dos seus cuidadores, o que lhes permite, por um lado, denegar e compensar o pragmatismo relacional que também sentem, vivido como muito rejeitante e, por outro lado, recuperam delirantemente gratificações relacionais de um mundo passado, através da **redramatização (nas suas interacções actuais) dos padrões relacionais perdidos ao longo da vida**. Os diálogos seguintes ilustram bem que os cuidadores oferecem a estes velhos um último suporte relacional para a verbalização e vivência de **relações duais regressivas** (de tipo bebé-mãe, por exemplo) bem como de últimos desejos e impulsos eróticos.

Espaço, Fronteiras, Transições

- "(cuidad.) – Bom dia meninos.
(moribu.) – Bom dia, mamã, estou zangado consigo, dá mimos a todos e deixa-me sempre para último."
- "(cuidad.) – É tal e qual um bebé. Estiveram cá umas meninas e habituaram-na a comer à boca. Agora não quer outra coisa. (...) Olha o cão, olha que vêm cá os cães maus. Ó M..., chama aí o lobo mau... (...) Cho, cho, cho, isso é às galinhas que se diz, tu falas estrangeiro, não te percebo nada. Pára aí, anda cá, aí que a menina molha-se, aí a mulher, que tanto chichi faz... (...) Vá não chores. Ela chora quando nos vamos embora. Vá lá, Maria Papoila, que eu também tenho que ir para casa tratar dos meus meninos. Não penses que és só tu."
- "(morib.) – Posso escrever-lhe uma carta de amor?
(cuidad..) – Pode, você escreve, depois eu respondo-lhe e depois gostamos um do outro...
(moribu.) – Tá bem, não é preciso casarmos que já não temos idade..."
- "(moribu.) – Hoje está muito bonita...Comprou uma blusa nova.
(cuidad.) – Acha?
(moribu.) – É pena a menina já estar comprometida senão levava-a para a minha casinha." (...) Se tivesse dezoito anos, fugia consigo... Agarrava-a com unhas e dentes. "(...) Você está cada vez melhor! E eu estou velho.
- (cuidad.) – Até amanhã. Durma bem.
(moribu.) – Se tivesse companhia é que dormia, agora assim..."

Contudo, outros velhos e velhas viviam e reagiam ao clima de pragmatismo e familialismo institucional, utilizando estratégias diferentes. O pragmatismo, experienciado como uma forma de rejeição e desejo de morte do internado, bem como o sobre-vestimento familiarista dos membros do *staff*, equiparado a humilhação narcísica, era verbalizado sob a forma de inúmeras queixas.

"O que mais me choca é o maternalismo. «Não beba J... Olhe que hoje vinha muito tremido. Amanhã não sai, de castigo». Fazem-nos sentir crianças e o meio faz o homem."

"Eu não sou criança (grita). Não gosto que me tratem como criança. Ao que um homem tem de se sujeitar. Aí, Deus do céu, que miséria..."

"É frio, é sede, é fome (...). Estou desconfiada que a comida estava estragada (...) parecia carne de cavalo (...). É rijo, é rijo, não vai. Não

Ideal e Degradação, Heteronomia e Familiarismo

estou habituada a estas comidas. Lá em casa, comia batatas cozidas, sardinhas e nunca passei fome. Ai, minha mãezinha, se ela fosse viva, eu não estava aqui. Quem tem família, ainda tem alguém para a vir visitar e trazer algumas coisinhas boas para comer."

7. «Contentes» e «descontentes» com o viver institucional partilham, no entanto, entre si uma postura de **paranoidização da relação com os outros internados**. Esta desvalorização, rejeição e/ou paranoidização dos pares passa, habitualmente, por dois factores: por um lado, pelo sentimento de ser directamente agredido pelo comportamento desses pares (pelos seus maus cheiros, doenças, gritos, roubos, agressões físicas, etc.) e, por outro lado, em simultâneo, pela percepção dos outros internados como rivais, na competição por uma relação preferencial com os cuidadores-refamiliarizantes. Por outras palavras, este comportamento agonístico entre internados parece ser reforçado pelo modo como os cuidadores privilegiam as relações assimétricas e preferenciais cuidador(a)/internado(a), em detrimento da facilitação das relações entre pares.

8. Os **efeitos de patogenia institucional**, isto é, a postura senilizante ou muito regressiva e paranoidizante dos seus utentes – o impensado e/ou denegado deste clima institucional – parecem ser assim potenciados pela coexistência destas duas estratégias institucionais que se articulam, como acabámos de ver, na sua economia latente, produzindo uma '**sub-cultura**' institucional **maníaca** que visa a evacuação da angústia de morte omnipresente nestes asilos terminais.

III. Da Liberdade à Pontinha: «Contentes» e «descontentes» com a translocação camarária – um estudo de caso

"Isto, meu amigo, a Câmara deve ser o pior senhorio que há em Lisboa..."

9. Nos anos de 93 e de 94, algumas centenas de pessoas foram retiradas das suas antigas moradas, no Bairro da Liberdade, e recolocadas em andares, que lhes foram alugados, no Bairro Padre Cruz, à Pontinha. No caso vertente, a pluralização das respostas de reacção à

crise¹ aberta pela **translocação heteronómica** de um espaço-tempo de vida² quase-estabilizado para um novo espaço-tempo de vida quase-desconhecido passa, basicamente, pela bifurcação, com matizes e gradações, entre os «contentes», para quem a crise foi mínima ou nula e o saldo foi positivo, e os «descontentes», para quem a crise se exponeciou, dando origem a um saldo negativo.

10. Em ambos os casos, um ganho é patente. A nova casa «arranjada pela Câmara», genericamente, não desiludiu as expectativas, constituindo, na maior parte dos casos, a diferença positiva, identitária e pragmática, desta translocação (parcialmente heteronómica). Não se trata, apenas, de casas novas mas, em geral, de casas muito melhores do que as antigas e que parecem satisfazer as melhores expectativas dos entrevistados³.

As casas do bairro da Liberdade, mesmo quando de moradias se tratava (para já não falar dos prédios e sobretudo das construções precárias) eram muito antigas, tinham sido construídas, muitas vezes, através de expedientes que serviam para fugir à lei e, em geral, eram ditas ser pequenas (ou até «mínimas»), desconfortáveis (por exemplo, sem janelas para a rua) e, em muitos casos, sem as comodidades básicas (água canalizada, casa de banho, etc.). Acresce ao facto que a eminência, sempre adiada, da mudança levou a que a Câmara (senhorio de muitos dos residentes) deixasse de fazer obras de conservação e passasse a aconselhar os residentes e os seus senhorios a que não as fizessem por sua iniciativa, porque seria «dinheiro deitado à rua», na medida em que «aquilo era tudo para ir abaixo», o que provocou uma degradação acentuada das casas do bairro, paralela ao início da degradação senescente dos mais idosos dos nossos informantes.

11. Contra a pobreza e contra a precariedade, mas também contra o **estilhaçamento identitário** que os ameaçava de dentro, os sujeitos ergueram uma vida comunitária intensa e um **padrão convival familialista** que denegava a ameaça da separação (do sítio e dos outros signi-

¹ Para o conceito de crise-análise, conferir Pereira Bastos, S. e Pereira Bastos, J. G., 1998.

² Para o conceito de espaço-tempo social conferir Erikson, 1946 <1980>.

³ 29 dos 30 entrevistados consideraram o andar do Bairro Padre Cruz «melhor» ou «muito melhor» do que a sua morada anterior, no Bairro da Liberdade.

Ideal e Degradação, Heteronomia e Familiarismo

ficativos), contida na informação heteronómica referida. Eram relativamente pobres, viviam em casas indesejáveis, é verdade, mas viviam num bairro perto de tudo e onde toda a gente formava uma família, onde havia respeito, segurança e alegria.

11. Não é que não surjam queixas pontuais, por parte dos «descontentes», em relação às novas casas. Tais queixas, para além de permitirem **racionalizar o desejo de retorno ao bairro perdido**, constituem-se como um dos núcleos do enraizamento do **protesto identitário** contra «eles», os decisores da Câmara e surgem fantasmaticamente como uma agressão indirecta dos decisores da Câmara ao bem-estar dos seus ocupantes, decisores estes que, na **esperança fantasmática** dos inquiridos, eram supostos terem-se preocupado com o seu bem-estar e afinal tinham contribuído para o seu mal-estar social, por alguns vivido como insuportável e *a la limite*, como «enlouquecedor» e como originador de um desejo desesperado de regressar ao bairro perdido ou de uma **estratégia de desistência da vida social** e/ou mesmo, da própria vida, *tout court*.

12. Sobretudo no caso dos homens, a **decepção da esperança fantasmática** não foi circunstancial, personalizada e expressa em queixumes e lamúrias (como é mais típico ocorrer com as mulheres). Foi transferida para o nível político e consiste em acusações contra a Câmara, contra a Polícia, contra a democracia («falsa») implantada após o 25 de Abril e consubstancia-se na afirmação que «se Salazar voltasse todos eles lhes iriam beijar os pés!» Trata-se de uma nova postura política, contrária à que era mais tradicional no Bairro da Liberdade, onde as tascas eram alvo de rusgas políticas que encarceravam dezenas de pessoas, de onde partiram alguns dos atacantes do Quartel de Beja (Manuel Serra e outros) ou onde o «General sem medo» fazia reuniões políticas clandestinas, nova postura essa que exprime a **decepção raivosa com a translocação heteronómica** bem como a nostalgia do passado perdido, temporalmente coincidente com o desenvolvimento histórico do Salazarismo.

13. No entanto, a principal queixa dos «descontentes» não é sobre as casas, mas sobre o atraso de décadas com que foram atribuídas. Desde os anos 30 que a memória dos mais idosos registava a informação heteronómica de que a sua condição habitacional era precária,

uma informação transformada por muitos em **esperança ambivalente**. Ambivalente, em primeiro lugar, porque os punha uns contra os outros, na medida em que os mais típicos representantes do padrão familiarista (que designámos como *comunitário-familiaristas*) não queriam sair daquele espaço, mesmo que não viessem a ter casas novas, enquanto que outros residentes (os *individualistas pragmáticos*) queriam ter casas novas, mesmo que para conseguir isso o bairro da Liberdade fosse destruído e as pessoas se viessem a separar. Ambivalente, por outro lado, porque não se tratava de posições estanques; a posição dos «comunitário-familiaristas» fazia oscilar a posição dos «individualistas» e vice-versa, o que introduzia a ambivalência no interior das famílias e no íntimo dos próprios sujeitos (e tanto mais quando a diferença de posições se registava em pessoas muito próximas, como no caso dos casais).

Ambivalente, finalmente, porque não era evidente que a esperança tivesse qualquer fundamento; a decisão estava inteiramente nas mãos dos decisores camarários que ora anunciavam grandes reformas para breve ora as deixavam cair no esquecimento durante largos anos (fazendo oscilar os que mantinham essa esperança ambivalente entre o desespero e o retorno à esperança e levando, em alguns, à instauração reactiva de uma **desconfiança acusatória**, auto-estabilizadora).

14. O fazer casas novas naquele sítio (ou o mais próximo possível dele) constituía-se como a **solução de compromisso** que permitiria ultrapassar as ambivalências e a ameaça de estilhaçamento identitário; haveria casas novas para os que, a cima de tudo, as desejavam (alguns tinham ido para lá só para ver se as conseguiam) e a comunidade manter-se-ia intacta, sem separações entre os que lá estavam há tantas décadas e sem misturas indesejadas com pessoas de outros bairros e de outros grupos étnicos. Esta solução de compromisso representava, sobretudo, a necessidade identitária, o desejo e o **mito identitário** dos familiaristas; que a comunidade pudesse ser sentida como homogénea, coesa e inseparável. E, para tanto, denegavam a heterogeneidade (que conheciam), afirmando delirantemente que «ninguém queria vir embora, ninguém!»

15. As pessoas foram envelhecendo e a translocação heteronómica aconteceu. Á luz dos «descontentes», as **queixas contra os decisores** dividem-se em dois grandes grupos – as queixas contra quem decidiu

o arrazamento do bairro da Liberdade e a translocação forçada daquela comunidade para outros bairros, por um lado, e as queixas contra «as senhoras» que a executaram, por outro.

Para os «descontentes», **centrados na percepção das intenções profundas dos decisores camarários**, «eles» obrigaram as pessoas a sair dali e «não quiseram saber» delas para nada; mais literalmente, «descartaram-se» das pessoas, com o mínimo de interesse por elas e com o mínimo de custos. Ao enviarem-nas para a periferia, patentearam como se queriam ver livres delas; ao mandarem-nas para um bairro «longe de tudo», com poucos transportes, sem espaços de convívio e sem lojas, evidenciaram que não se interessavam por elas; ao metem-nas em prédios, que nem sequer têm quintais, fecharam-nas em «capoeiras», «enjaularam-nas», como se de animais se tratasse e tiraram-lhes a liberdade e a alegria de viver; ao descuidarem a qualidade das construções e a sua manutenção ou reparação quando necessárias, deixaram perceber que o interesse que as pessoas gostariam que fosse manifestado por elas era uma «aldrabice»; ao atribuírem-lhes (em alguns casos) casas com menos assoalhadas do que as que tinham, mostraram a sua prepotência; ao não cumprirem as promessas que haviam feito (de, por exemplo, não separarem familiares e/ou vizinhos e amigos, ou de pagarem as despesas inerentes à translocação forçada), tornaram-se inconfiáveis e deceptivos e ao misturarem-nas com os “pretos” e com os ciganos, com os drogados e com os que vinham dos bairros da lata, exibiram a baixa consideração em que as tinham.

16. Comparando com a posição dos «contentes», a diferença é notória. Para estes, **centrados na resolução de um problema identitário central**, «eles» ajudaram as pessoas a melhorar a sua vida, a obter a casa que sempre tinham ambicionado e que não obteriam pelos seus próprios meios – isto é, «eles» apoiaram, protejeram, facilitaram a auto-realização, e a maior parte das queixas dos «descontentes» ou passam-lhes ao lado ou não tem razão de ser.

Como afirmam, o padrão de vida no novo bairro será feito por aqueles que lá vivem; quanto aos drogados, eles já existiam no bairro da Liberdade e muitos, senão mesmo a maior parte deles, vieram de lá; desde que chegaram ao novo bairro, a delinquência baixou muito ou está mesmo sob contróllo, sobretudo porque alguns activamente intervieram ou se queixaram à polícia e esta interveio drasticamente;

quanto a pessoas boas e más, existem em toda a parte e cada um escolhe as companhias que considera desejáveis, não tem que se dar com toda a gente e, aliás, nunca o fizeram, tinham a sua vida e, embora sociáveis, não davam confiança a qualquer pessoa; para além disso, se há problemas, é noutras zonas do bairro, porque no seu prédio e na sua zona corre tudo bem e não há razão para queixas; e até têm «comadres» que ficaram no pouco que resta do bairro antigo e que estão «mortas p'ra vir p'ráqui».

17. Por acréscimo, para os «descontentes», as queixas contra os decisores são agravadas pelo facto de a translocação forçada (do seu ponto de vista) para o bairro Padre Cruz não surgir como incontornável ou como irreversível. Ao prometerem publicamente que os habitantes do bairro da Liberdade não seriam afastados do vale de Alcântara; ao acolherem, mais tarde, como válida a iniciativa de um grupo de moradores, encabeçada pelo padre do Bairro da Serafina, a que estavam biograficamente ligados, o qual exigiu que um novo alojamento comunitário fosse realizado nos terrenos vagos de Campolide; ao prometerem construir um novo bairro no sítio de onde os forçaram a sair; e ao dirigirem, mais recentemente, um ofício às pessoas provenientes do bairro da Liberdade, a questionar se ainda estariam interessadas em regressar ao sítio de onde tinham sido obrigadas a sair, os **decisores da Câmara Municipal de Lisboa confirmaram o arbitrário e o desumano de terem forçado centenas de famílias de escassos recursos a separem-se das suas redes de pertença e de apoio**, a perderem o seu padrão convival tradicional e a fazerem gastos quase incomportáveis para se verem obrigadas a misturarem-se com outras tantas centenas de famílias provenientes, em grande parte, de bairros da «lata», quando afinal existiam soluções alternativas.

Por outro lado, criaram um **processo de suspensão da adaptação ao novo contexto, agora tomado como provisório**, processo esse que veio aumentar as resistências à mudança e dificultar a adaptação ao novo contexto sócio-habitacional, apesar de (ou, sobretudo, por) muitos dos inquiridos terem consciência que essa situação «provisória» se pode arrastar longamente, se é que alguma vez virá a ser revertida, pelo menos no tempo de vida que lhes resta.

18. Que só agora, para os «descontentes», os decisores da Câmara surjam como inconfiáveis mostra bem como a **esperança fusional** dos

Ideal e Degradação, Heteronomia e Familiarismo

comunitário-familiaristas resistiu às informações, provenientes da realidade. Aguentaram a «espera» desde os anos 30 sem se impacientarem. Nos anos 40 e 60, outros que não eles receberam casas da Câmara. Depois do 25 de Abril, viram a sua esperança adiada por mais duas décadas. Por outro lado, sabiam, pelos que tinham partido nas levadas anteriores, que a sua translocação tinha sido, para muitos, traumática e que muitos expressavam a nostalgia do bairro da Liberdade, para esse perdido.

No fundo, a sua **esperança** era altamente ambivalente e, por isso, **clivada**. Mais do que as casas novas, e a expansão identitária que possibilitariam, queriam manter viva a sua juventude e o padrão familiarista, entrosado com o qual tinham construído a sua identidade social, que era também uma identidade de lugar, na medida em que era indissociável das suas biografias ali construídas, das suas «casitas» horizontalizadas e das ruas e pátios quase sem trânsito automóvel e incompatível com a vida em prédios. Mais do que a Câmara, a verdadeira figura materna em que confiavam era nas **redes de solidariedade familiarista** que lhes tinham permitido viver a relativa pobreza das suas vidas e nas quais depositavam a esperança de se sentirem protegidos na doença, na aflição económica e na velhice. E mais do que na **expansão identitária** (que para alguns era importante) era na **conservação identitária** desse passado projectado sobre o seu horizonte de envelhecimento que apostavam.

Era a **perenização fantasmática da comunidade** que lhes permitia de alguma forma viver com menos angústia a senescência que se aproximava, na medida em que estavam identificados com algo de perene, que lhes permitiria manter a integridade final (E. Erikson, 1953): o «bom continente» que era o vale de Alcântara, com os seus «Arcos» históricos e, no seu «bom interior», aquela rede de «casitas», com os seus «bons» habitantes familiarizados e com os seus «bons mitos» familiaristas.

19. Se as **decisões** mais relevantes surgem **impersonalizadas** na figura de uns «eles» sem rosto (os decisores da Câmara), o que lhes confere, para muitos, um tom autoritário, de fatalidade insusceptível de ser combatida, o processo de translocação apresenta uma face: a face das trabalhadoras sociais que, no bairro da Liberdade, na Rua Castilho ou, posteriormente, no bairro Padre Cruz geriram os levantamentos da situação familiar e económica dos diferentes agregados,

distribuíram as casas, atenderam ou rejeitaram as expectativas criadas e as reclamações decorrentes da sua frustração e se prestaram ou não a serem «enganadas» (ou até mesmo subornadas) pelos menos escrupulosos.

E se «elas», em muitos casos, como reconhecem os «contentes», foram solícitas ou compreensivas e aceitaram realizar as expectativas que tinham criado (de que, por exemplo, os familiares e amigos não seriam separados, ou que as diferentes condições económicas seriam tidas em consideração, ou de que seria mantida uma proporcionalidade entre o tamanho dos grupos co-residenciais e/ou o tamanho das casas que abandonavam e o número de assoalhadas das novas casas) noutros tantos casos surgem **queixumes e acusações** intensas de que «elas» tomaram decisões arbitrárias ou incompreensíveis, de que tentaram forçar familiares e amigos a separarem-se, (fragilizando ou destruindo as redes de apoio criadas ao longo de décadas) ou de que pressionaram mulheres sózinhas a aceitarem casas ao rés-do-solo que lhes surgiam como altamente insegurizantes, de que tinham sido injustas na atribuição dos apartamentos (dando apartamentos maiores a quem deles não necessitava e apartamentos mais pequenos a quem precisava de maiores), de que não tinham sido rigorosas (ou até de que tinham sido corruptas) na avaliação dos rendimentos dos diferentes agregados (criando situações gritantes de injustiça relativa no que respeita à atribuição de rendas), de que, em casos limites, se tinham deixado subornar por pessoas que não tinham direito a qualquer casa e de que, após a mudança, se tinham alheado da insegurança sentida pelas pessoas que se tinham visto forçadas a mudar para um bairro onde a violência e a droga imperam, ou se tinham mostrado pouco diligentes na correcção das injustiças detectadas.

20. «Elas», no dizer dos «descontentes», ao sacrificarem as redes sociais identitárias e ao dispersarem uma comunidade, tinham destruído o padrão familialista em que assentava a sua alegria de viver, tornando o Bairro Padre Cruz num verdadeiro cemitério, tantos eram os suicídios e as mortes inesperadas, atribuídas à depressão provocada pela translocação heteronómica.

As pessoas vindas do bairro da Liberdade isolavam-se progressivamente dos familiares e das antigas amigas (que, às vezes, moravam no mesmo prédio), muitas já não saíam à rua e não era raro que já não se falassem familiarmente, restando apenas «o bom dia» ou o

Ideal e Degradação, Heteronomia e Familiarismo

«como vai, está melhor» de circunstância, acompanhado do sentimento embaraçoso da falta de assunto, parecendo até que a algumas antigas vizinhas a subida de estatuto lhes tinha subido à cabeça, tinham ficado umas «cagonas» e já não queriam conversar, mal davam a «salvação».

No sentir dos «descontentes», a **informação familiarista positiva** tinha deixado de circular e não era raro que constatassem, com pena, que velhos conhecidos tinham estado hospitalizados, sem que os pudessem ter ido zelosamente visitar ao hospital, e que outros tinham morrido sem que tivessem podido reunir-se ritualmente à volta do seu corpo morto ou participado no seu enterro, como dantes não deixariam de fazer.

E, para agravar estes clima negativo, tomavam conhecimento selectivo, pelas redes de **informação familiarista negativa**, que dois homens já se tinham suicidado, que muitos tinham morrido muito mais cedo do que seria de esperar e que outros tantos tinham envelhecido subitamente, estavam cheios de doenças ou relativamente inválidos e já não podiam sair de casa, como lhes estava a acontecer a eles, mesmo que com menor gravidade, num bairro onde nem sequer havia uma farmácia ou uma praça de táxis que pudessem utilizar numa situação de emergência.

21. Para agravar tudo isto, a segurança e o respeito tinham desaparecido, «eles» não tinham posto uma esquadra no bairro, e os polícias ou não apareciam, ou tinham medo dos passadores de droga ou estavam feitos com eles, porque sabiam muito bem quem eles eram e não agiam.

E se «elas» contavam com as pessoas do Bairro da Liberdade para educar os ciganos, os “pretos” e os que tinham vindo das baracas, estavam profundamente enganadas. Eles não eram pessoas que se misturassem com essa gente, preferiam fechar-se em casa, sózinhos, reorganizar mini-grupos e mini-redes sociais altamente selectivas, ou ir conviver para a Pontinha ou até nos cafés e clubes que ainda restavam no que restava do antigo bairro da Liberdade, mas recusavam-se a entrar no café dos «Unidos» ou no único café do bairro, onde paravam os ciganos, os drogados e as mulheres deles, que eram tão más ou piores do que os maridos.

E mais depressa tinham sido «eles» (os dos bairros da lata) a desencaminhar os filhos do bairro da Liberdade (muitos tinham entra-

do na droga e vários estavam a morrer ou já tinham morrido). Havia cenas de pancadaria, tiros e roubos e as pessoas sentiam-se ameaçadas; agindo em grupo, os ciganos intimidavam homens, mulheres e crianças que se inibiam de se queixar à polícia e muitas mulheres já não se chegavam à janela, porque tinham sido enxovalhadas e ameaçadas pelos passadores de droga e pelas mulheres dos ciganos, que as tratavam de «calhandreiras».

22. No entanto, uma análise mais detalhada das entrevistas mostra à evidência que nada é feito, por parte dos «descontentes», para inverter a situação ou para restabelecer o antigo padrão de convívio, dentro dos limites do possível, no novo contexto (podiam visitar-se, mas não se visitam; podiam abrir cafés e tascas próprias, mas não o fazem; podiam reconstituir as antigas colectividades, mas não o querem fazer, mesmo quando lhes é cedido o espaço para tal).

Mais do que isso, permite evidenciar que, perante as oportunidades, os sujeitos «descontentes», nos casos extremos, recusam essas oportunidades activa e obstinadamente, refugiando-se em formas de **morte simbólica da sociabilidade familialista** que tanto idealizavam, evidenciando um padrão que se poderia exprimir pela seguinte fórmula: «*Se não é como era dantes, não me interessa; então, é melhor que não seja nada. (Vou ficar em casa)*».

22. Dado que os factos contextualizantes são relativamente idênticos para ambos os grupos, é evidente que estamos perante interpretações, perante reacções fantasmáticas e caracteriais que só enquadradas teoricamente se tornam significativas e isentas de contradição. **Os sujeitos não reagem às situações sem as interpretar identitariamente e os mesmos factos não significam a mesma coisa nem têm o mesmo valor psíquico para pessoas com estruturas de carácter, posições sociais ou estratégias identitárias diferentes**, mesmo que com histórias e situações de vida aparentemente semelhantes, quando vistas de fora, e as **abordagens objectivistas** não dão conta da diferença, por vezes radical, de reacções de pessoas «semelhantes» (pela idade, sexo, estrato sócio-económico, história de vida ou situação a que estão a reagir) a situações semelhantes.

IV. Contribuição para a teoria do «malestar na civilização»

23. Destacámos, na apresentação das pesquisas que efectuámos, a tensionalidade entre duas estratégias. A **estratégia pragmática**, própria das elites, que evita as angústias ligadas à degradação dos corpos e das relações sociais através da desidentificação e da promoção de ideais de «objectividade» e de «gestão racional» dos corpos, das pessoas e das coisas, orientada pela noção de «eficácia» e a **estratégia familiarista**, essencialmente popular, que opõe a essas mesmas angústias a exacerbação da identificação, conducente à reconstrução social de padrões «familiares», em que os ideais de solidariedade, «proteção» e «respeito», bem como as noções de segurança e de felicidade se tornam centrais. Ambas as estratégias parecem resultar de **elaborações da ambivalência social**, se bem que em direcções opostas.

24. Definimos **ambivalência social** como uma resposta identitária oscilante à percepção das pluralidades de corpos, de «sortes», de papeis e de estatutos que organizam a variedade micro-familiar, comunitária, social e internacional, resposta essa com duas orientações – uma primeira **orientação, centrípeta**, que levaria à anulação dessa complexidade, *a la limite* pela sobreafirmação da centralidade do sujeito, pela recusa de toda a sociabilidade ou pela tentação de destruição dessa mesma variabilidade pela imposição aos outros de padrões egocêntricos, e uma segunda **orientação, centrífuga**, que levaria à descentração e ao estilhaçamento identitário dos sujeitos, por destruição da sua autonomia e responsabilidade ou devido à identificação excessiva com as excessivamente variadas possibilidades do ser.⁴

Concomitantemente, definimos **angústia social** como a percepção endógena, inconsciente, dos perigos decorrentes da dimensão espontânea, não-elaborada, destas duas respostas, tanto directamente para os sujeitos como, indirectamente, através dos danos que poderiam ser causados a outros que lhe são significativos como seres amados ou como extensões egóicas.

Finalmente, definimos o conceito de **defesa institucional ou social contra as angústias sociais** como o trabalho de produção de ideais e de mitos orientadores da acção social e civilizacional, bem como de

⁴ A definição destas duas orientações é pertinente para fins teóricos. Na prática, elas dão origem a um número limitado de combinações fenomenologicamente diversas.

«regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos, na família, no Estado e na sociedade», produção essa tendente a evitar a tomada de consciência da ambivalência identitária, das angústias sociais dela decorrentes, bem como do fracasso das soluções baseadas nessas defesas (isto é, das razões porque os «regulamentos estabelecidos não representam protecção e benefício para cada um de nós») e, ainda, das consequências de **patogenia social** derivadas da execução cega desses ideais civilizacionais e dessas normas jurídicas, «morais» ou «científicas».

25. A **defesa social própria do «pragmatismo»** tem a ver com uma redução das necessidades humanas a necessidades biológicas como a fome, a habitação, a saúde ou a educação e com a ideia de que os sujeitos humanos podem ser vistos como unidades identitariamente descontextualizadas, em relação às quais há que garantir as referidas «necessidades mínimas». A afirmação da homogeneização da condição geral dos humanos, que oculta o investimento identitário nas diferenças de «valor» entre eles, a favor dos seus adeptos, denega a **passagem ao acto de formas de racismo inconsciente**, oscilando entre a manipulação coisificante, a dominação e a rejeição, formas de racismo essas fundadas em **clivagens identitárias** entre os «iluminados» e aqueles sobre os quais é exercida a sua acção «civilizadora» ou «cuidadora».

26. Nos contextos que estudámos, o pragmatismo era exercitado, num caso, através de «cuidados de saúde» exercidos sobre o corpo dos idosos albergados, noutro caso, através da translocação heteronómica de uma comunidade, do seu espaço de enraizamento histórico para um espaço periférico, racionalizada pela oferta de melhores «condições de vida», nomeadamente habitacionais, translocação essa acompanhada de um **projecto idealizado de homogeneização social**, em que a **posição «civilizacional»** dos decisores foi delirantemente delegada, sob forma imperativa, nos provenientes do Bairro da Liberdade.

No primeiro caso, essa estratégia era compensada pela exacerbação de **relações familialistas** entre cuidadores e albergados, dando origem a regressões delirantes e à paranoidização da relação entre pares, prejudicando o exercício possível da autonomia e a criação pelos próprios de relações comunitárias positivas. No segundo caso, a **compensação familialista**, proveniente da iniciativa dos padres do Bairro da

Serafina, revelou-se catastrófica, na medida em que deu origem a uma oscilação na execução do projecto camarário e à suspensão do processo de inserção identitária no novo espaço habitacional. O facto de o «pragmatismo» ser muito mais evidente, neste segundo caso, revelando mais acentuadamente o **racismo inconsciente** que lhe era subjacente, nomeadamente no planeamento urbanístico desse Bairro e no seu planeamento social, deu origem não só ao estilhaçamento identitário da comunidade de origem e ao ensimesmamento regressivo de grande parte dos sujeitos como à emergência reactiva de formas acentuadas de racismo e de reaccionarismo político.

27. Em ambos os casos, quer o *staff* do Albergue quer os decisores camarários (políticos, engenheiros, arquitectos, assistentes sociais) pareciam não ter qualquer compreensão do malestar causado pela prossecução das suas estratégias de «gestão racional» das margens sociais e, sobretudo, do modo como elas exacerbavam a marginalização social daqueles que supostamente visavam proteger ou promover socialmente. Como é próprio destes casos, não seria de estranhar se cada um dos diferentes tipos de especialistas afirmasse que tinha feito «o seu melhor», embora fosse evidente que não seria, de modo algum, aquele o tipo de Lar da Terceira Idade ou o tipo de Bairro que teriam planeado se tencionassem lá viver e conviver.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Comunicação ao 3ª Encontro Interdisciplinar «Espaços, fronteiras, transições»

Bibliografia

- Bion, W. R. – *Recherches sur les petits groupes* (tradução francesa de *Experiences in Groups*, London, Tavistock Publications, 1961), Paris, P.U.F., 1965.
- Camilleri, Carmel *et al.* – *Stratégies identitaires*, Paris, P.U.F., 1990.
- Devereux, Georges – *De l'angoisse à la methode dans les sciences sociales* (tradução francesa de *From Anxiety to Method in the Behavioral Sciences*, Paris, Mouton, 1967), Paris, Flammarion, 1980.
- Erikson, Erik H. – "Ego Development and Historical Change – Clinical Notes" (1946), in Erikson, E. H., *Identity and the Life Cycle*, New York, W.W.Norton & Company (1959), 1980.
- Freud, Sigmund – *O malestar na civilização* (tradução brasileira de *Das Unbehagen in der Kultur*, 1930), in Edição Standard brasileira das

Espaço, Fronteiras, Transições

- obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago Editora, Ltda., 1974, vol.XXI, pags. 81-171.
- Lyth, Isabel Menzies – *Containing Anxiety in Institutions, Selected Essays*, Vol. I, London, Free Association Books, London, 1988.
- Monteiro, Maria B., Tavares da Silva, Manuel, Pereira Bastos, José Gabriel e Vala, Jorge – "Análise institucional e mudança social", in *Análise psicológica*, Vol.II, nº 3, Lisboa, ISPA, Abril de 1979, pags. 337-344.
- Pereira Bastos, José Gabriel – *Investigação estrutural-dinâmica sobre a (trans)formação da identidade de lugar num grupo de idosos em situação de translocação heteronómica*, Lisboa, Relatório de investigação, C.N.I.G., 1997
- Pereira Bastos, Susana – *Velhas bárbaras, um estudo sobre a ideologia da velha asilada*, Lisboa, F.C.S.H., 1987;
- , *O Estado Novo e os seus vadios*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- Pereira Bastos, Susana e Pereira Bastos, José Gabriel – «Reflexões sobre a patogenia de uma instituição pragmático-familialista», in *Psicologia*, VII, 2, Lisboa, A. P. P., 1989: 205-215.
- Pereira Bastos, Susana e Pereira Bastos, José Gabriel – "O trabalho de terreno como crise-análise intercultural", in *Ethnologia*, Nova série, nº 6-7, 1998 (no prelo).